



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Administrativa



Prova Cargo 014, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém o tema da Redação e espaço destinado ao rascunho.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.
- transcrever a Redação no Caderno de Respostas, no espaço a ela destinado.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da Redação será considerado na correção.
- Não será permitido o uso de quaisquer outras folhas de papel para rascunho da Redação.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas, bem como para elaborar a Redação e transcrevê-la para o Caderno de Resposta correspondente.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno de Resposta da Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Setembro/2004
010304

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 8 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Durante os debates da Constituinte de 1988, a maioria dos parlamentares se recusava a admitir para as Forças Armadas um papel que fosse além da defesa da pátria e da garantia dos poderes constitucionais. Mais de 20 anos de regime militar haviam deixado nos constituintes não a marca do revanchismo, mas a certeza de que o papel constitucional das Forças Armadas deveria ser limitado, não oferecendo a Carta que então se redigia brecha alguma que permitisse a intervenção dos militares na política. Só a contragosto a maioria dos constituintes se deixou persuadir de que haveria situações em que os militares seriam forçosamente chamados a intervir para suprir as deficiências dos órgãos civis do Estado. Finalmente, quando alguém lembrou que os militares - por falta de outra força organizada nacionalmente - teriam de ser convocados pelo Superior Tribunal Eleitoral para garantir eleições em municípios onde fosse iminente ou declarada a perturbação da ordem, causada pelo pleito, a maioria concordou em explicitar na Constituição que “a garantia da lei e da ordem”, a pedido de um dos poderes constitucionais é, também, missão das Forças Armadas.

Mas o texto constitucional foi redigido de forma tal que permite interpretações divergentes, no que diz respeito à segurança pública. Há quem sustente que as Forças Armadas podem em tudo e por tudo substituir a polícia, quando esta se revela incapaz de controlar uma situação crítica. Mas há ponderáveis correntes que afirmam que as Forças Armadas não podem fazê-lo, admitindo apenas que, em circunstâncias excepcionais, os militares façam policiamento ostensivo e preventivo. Assim têm entendido os chefes militares, desde o início da vigência da Constituição de 1988, argumentando que, ademais, a tropa não é preparada para exercer funções de polícia.

Discute-se o papel das Forças Armadas, mas não se discute a necessidade da existência de uma força federal capaz de acudir as emergências que colocam a segurança pública em grave risco, nos Estados. A solução para esse problema parece estar a caminho. O Senado aprovou projeto de lei complementar que trata das atribuições subsidiárias das Forças Armadas. Esse projeto dá respaldo jurídico à atuação de militares em operações de apoio à manutenção da segurança pública. Passo mais decisivo foi dado pelo Ministro da Justiça, que acertou os detalhes para a criação da Força Nacional de Segurança Pública. Será, inicialmente, uma força tática, uniformizada e armada, composta por 1,5 mil policiais escolhidos entre as unidades de elite da Polícia Federal e das polícias estaduais. Receberá, em Brasília, um treinamento intensivo que lhe permita apoiar os Estados em situações de emergência. Subordinada ao Ministério da Justiça, essa força deverá ter um efetivo final de 3,5 mil homens, com experiência em operações de risco em cidades e favelas. Treinada e equipada adequadamente, poderá cumprir com eficiência as missões que até agora têm sido atribuídas às Forças Armadas – que nem são treinadas para isso, nem têm poder de polícia.

(Adaptado de **O Estado de S. Paulo**, 27 de junho de 2004, A3)

1. A idéia central do texto encontra-se na seguinte frase:
 - (A) As Forças Armadas devem ser equipadas e treinadas adequadamente, para que tenham poder de polícia nas intervenções nos Estados.
 - (B) É imperiosa uma alteração nos termos da Constituição Federal para ampliar o poder de polícia e de atuação das Forças Armadas.
 - (C) É inconcebível a intervenção de forças federais nos Estados, mesmo em situações de emergência em relação à segurança pública.
 - (D) Torna-se necessária a criação de uma força federal que possa garantir a segurança pública em situações de risco nos Estados.
 - (E) O policiamento ostensivo e preventivo, em qualquer região do país, só deve e pode ser feito pelas Forças Armadas, de acordo com a Constituição.

2. *Assim têm entendido os chefes militares...* (final do 2º parágrafo)

O contexto permite afirmar que os chefes militares

- (A) defendem a presença e a intervenção das Forças Armadas em todos os Estados onde haja perturbação da ordem pública.
- (B) admitem apenas a presença ostensiva e preventiva das Forças Armadas, nos Estados, caso haja ameaça à ordem pública.
- (C) tentam ampliar o âmbito de competências das Forças Armadas, conferindo-lhes poder de polícia, com atuação em todos os Estados.
- (D) aceitam alterar o papel determinado pela Constituição às Forças Armadas, em razão das deficiências dos órgãos civis dos Estados.
- (E) deixam de lado as possíveis divergências causadas pelo texto constitucional, dada a impossibilidade de controle das situações críticas.

3. *... não oferecendo a Carta que então se redigia brecha alguma que permitisse a intervenção dos militares na política.* (meio do 1º parágrafo)

A mesma idéia, exposta em outras palavras, está na frase:

- (A) A Carta que estava sendo redigida não permitia, em nenhuma hipótese, a intervenção dos militares na política.
- (B) Não se deveria redigir uma Carta que não permitisse, de forma nenhuma, a intervenção dos militares na política.
- (C) A Carta que redigiam naquele momento permitia aos próprios militares sua intervenção na política.
- (D) A Carta que então era redigida deveria apresentar a possibilidade de intervenção militar na política.
- (E) Somente uma possibilidade seria permitida na Carta que era redigida, a da intervenção dos militares na política.

4. *– por falta de outra força organizada nacionalmente –* (meio do 1º parágrafo)

O segmento isolado pelos travessões denota, considerando-se o contexto,

- (A) comparação.
- (B) condição.
- (C) causa.
- (D) finalidade.
- (E) proporcionalidade.

5. ... que afirmam que as Forças Armadas não podem fazer-lhe... (meio do 2º parágrafo)

A forma pronominal grifada acima está empregada, considerando-se o contexto, no lugar de

- (A) defender a Pátria e os poderes constitucionais.
- (B) controlar uma situação crítica.
- (C) fazer policiamento ostensivo e preventivo.
- (D) garantir a lei e a ordem das eleições.
- (E) em tudo e por tudo substituir a polícia.

6. ... a maioria concordou em explicitar na Constituição que “a garantia da lei e da ordem” a pedido de um dos poderes constitucionais é... (final do 1º parágrafo)

O emprego das aspas na expressão transcrita acima indica

- (A) intenção irônica embutida no comentário do autor do texto.
- (B) reprodução exata dos termos constantes da Constituição brasileira.
- (C) uso de expressão fora de contexto, num mesmo parágrafo.
- (D) pausa maior, necessária dentro de um período bastante longo.
- (E) conclusão coerente das idéias apresentadas anteriormente.

7. ... para suprir as deficiências dos órgãos civis do Estado. (meio do 1º parágrafo)

O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado acima está na frase :

- (A) *Será, inicialmente, uma força tática, uniformizada e armada...*
- (B) *... quando esta se revela incapaz...*
- (C) *Discute-se o papel das Forças Armadas...*
- (D) *A solução para esse problema parece estar a caminho.*
- (E) *... que permite interpretações divergentes...*

8. A única alternativa INCORRETA a respeito da formação e da representação das palavras do texto apresentadas abaixo é:

- (A) **constituente** e **constitucional** são derivadas por sufixos que originam, respectivamente, substantivo e adjetivo.
- (B) **contragosto** e **incapaz** são formadas com prefixos que indicam oposição, idéia contrária.
- (C) **iminente** também pode ser grafada **eminente**, conservando o mesmo sentido.
- (D) **debates** é exemplo de derivação regressiva, pois é um substantivo formado a partir de um verbo, **debater**.
- (E) **-mente** é um sufixo que forma advérbios em Português como, por exemplo, em **forçosamente** e **finalmente**.

Atenção: As questões de números 9 a 13 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Há muito se sabe que é um equívoco creditar ao simples aumento da fecundidade o crescimento da pobreza e da desigualdade. Fosse assim, o contrário também deveria ser verdadeiro : o fato de o Brasil ter atingido uma média geral de nascimentos quase idêntica à dos Estados Unidos (2,0 filhos por mulher) levaria por si só a que, num futuro próximo, sua economia se tornasse tão reluzente quanto a de um país desenvolvido.

Os números comprovam, porém, que existe um vínculo estreito entre o crescimento populacional e o desenvolvimento de uma economia. As mais pobres regiões brasileiras são as que têm as mais altas taxas de fecundidade. Nas mais ricas, é o oposto. O mesmo ocorre no âmbito das famílias: em lares onde a renda “per capita” não supera um quarto do salário mínimo, há em média cinco filhos, segundo o IBGE. Quando essa renda ultrapassa cinco salários mínimos, predomina o filho único.

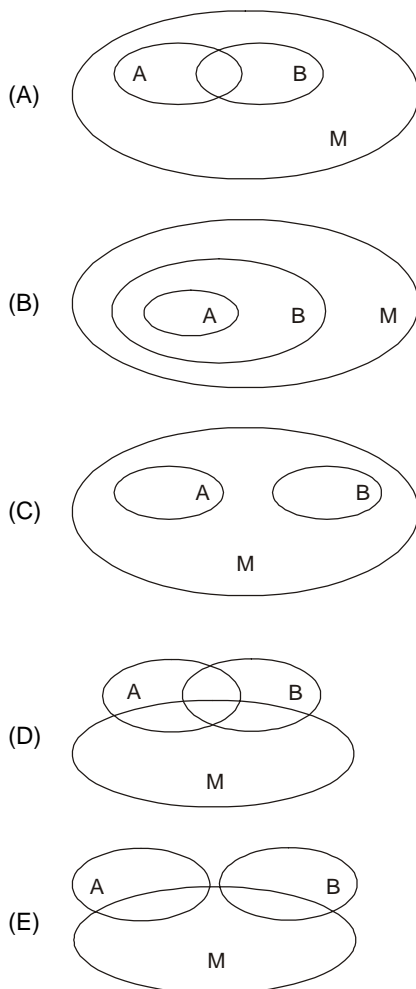
O alto número de filhos seria a razão da pobreza ou sua conseqüência ? As duas coisas, respondem especialistas. Com muitos filhos, uma família com renda já escassa fica com o orçamento ainda mais espremido. As crianças são forçadas a largar os estudos para trabalhar e, assim, diminuem suas possibilidades de superar a condição de pobreza. Sabe-se também que mulheres que não tiveram acesso ao estudo têm até três vezes mais filhos do que as que cursaram a universidade. “As altas taxas de fecundidade funcionam como uma espécie de combustível que faz girar um ciclo perverso de miséria”, observa o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas.

(Adaptado de Monica Weinberg, **Veja**, 9 de junho de 2004, p. 84)

9. Conclui-se corretamente do texto que

- (A) o controle das taxas de natalidade é importante para a redução da desigualdade social no Brasil.
- (B) o aumento do número de filhos é fator que vem favorecer o padrão econômico da família.
- (C) as regiões brasileiras mais ricas são as que também apresentam as mais altas taxas de natalidade.
- (D) os padrões norte-americanos não devem ser utilizados como modelos para o Brasil, pois refletem diferentes realidades.
- (E) o país mais rico é aquele que mantém altos índices de população, garantindo, dessa forma, maior renda “per capita”.

17. Denota-se respectivamente por A e B os conjuntos de todos atletas da delegação olímpica argentina e brasileira em Atenas, e por M o conjunto de todos os atletas que irão ganhar medalhas nessas Olimpíadas. O diagrama mais adequado para representar possibilidades de intersecção entre os três conjuntos é



18. Uma empresa divide-se unicamente nos departamentos A e B. Sabe-se que 19 funcionários trabalham em A, 13 trabalham em B e existem 4 funcionários que trabalham em ambos os departamentos. O total de trabalhadores dessa empresa é

- (A) 36
(B) 32
(C) 30
(D) 28
(E) 24

19. Em um trecho da letra da música Sampa, Caetano Veloso se refere à cidade de São Paulo dizendo que ela é o *avesso, do avesso, do avesso, do avesso*. Admitindo que uma cidade represente algo bom, e que o seu avesso represente algo ruim, do ponto de vista lógico, o trecho da música de Caetano Veloso afirma que São Paulo é uma cidade

- (A) equivalente a seu avesso.
(B) similar a seu avesso.
(C) ruim e boa.
(D) ruim.
(E) boa.

20. Em um dia de trabalho, certo funcionário de um fórum arquivou 31 processos trabalhistas, 35 processos criminais e alguns processos cíveis. Sabe-se que o serviço completo foi realizado de acordo com o seguinte cronograma:

Horário	Processos arquivados
8h as 10h	18 trabalhistas e 11 criminais
10h as 12h	8 trabalhistas, 4 criminais e 10 cíveis
13h as 17h	16 cíveis, X trabalhistas e Y criminais

Em relação aos processos arquivados pelo funcionário nesse dia, é correto afirmar que

- (A) o total de cíveis é maior que o total de trabalhistas.
(B) o total de cíveis é maior do que $X + Y$.
(C) o total de cíveis é menor que X.
(D) o total de cíveis é menor que Y.
(E) X é maior que Y.

21. Leia atentamente as proposições P e Q:

P: o computador é uma máquina.

Q: compete ao cargo de técnico judiciário a construção de computadores.

Em relação às duas proposições, é correto afirmar que

- (A) a proposição composta “P ou Q” é verdadeira.
(B) a proposição composta “P e Q” é verdadeira.
(C) a negação de P é equivalente à negação de Q.
(D) P é equivalente a Q.
(E) P implica Q.

22. Leia atentamente as proposições simples P e Q:

P: João foi aprovado no concurso do Tribunal.

Q: João foi aprovado em um concurso.

Do ponto de vista lógico, uma proposição condicional correta em relação a P e Q é:

- (A) Se não Q, então P.
(B) Se não P, então não Q.
(C) Se P, então Q.
(D) Se Q, então P.
(E) Se P, então não Q.

23. O resultado de uma pesquisa com os funcionários de uma empresa sobre a disponibilidade para um dia de jornada extra no sábado e/ou no domingo, é mostrado na tabela abaixo:

Disponibilidade	Número de funcionários
apenas no sábado	25
no sábado	32
no domingo	37

Dentre os funcionários pesquisados, o total que manifestou disponibilidade para a jornada extra “apenas no domingo” é igual a

- (A) 7
(B) 14
(C) 27
(D) 30
(E) 37

24. Após zerar e acionar um cronômetro que marca minutos e segundos, João inicia a subida de um morro, que é concluída quando o cronômetro marca 36 minutos e 15 segundos. No início do percurso de descida, realizado pela mesma trilha da subida, João também zera e aciona o cronômetro. Ao final da descida, João nota que, curiosamente, o cronômetro marcou novamente 36 minutos e 15 segundos.

Apenas com base nessas informações, é correto afirmar que

- (A) em algum ponto da trilha, o cronômetro de João acusou exatamente a mesma marcação de tempo na subida e na descida.
- (B) em algum ponto da descida João parou para descansar.
- (C) João não parou para descansar ao longo da subida e da descida.
- (D) João fez o trajeto todo em um tempo superior a 1 hora e $\frac{1}{4}$ de hora.
- (E) a trilha percorrida por João é pouco íngreme.

25. Em uma urna contendo 2 bolas brancas, 1 bola preta, 3 bolas cinzas, acrescenta-se 1 bola, que pode ser branca, preta ou cinza. Em seguida, retira-se dessa urna, sem reposição, um total de 5 bolas. Sabe-se que apenas 2 das bolas retiradas eram brancas e que não restaram bolas pretas na urna após a retirada. Em relação às bolas que restaram na urna, é correto afirmar que

- (A) ao menos uma é branca.
- (B) necessariamente uma é branca.
- (C) ao menos uma é cinza.
- (D) exatamente uma é cinza.
- (E) todas são cinzas.

26. Durante a edição de um texto elaborado no *Microsoft Word 97*, o profissional pressiona a tecla de função F7. Ao fazer isto ele pretende

- (A) salvar o documento com outro nome.
- (B) configurar a página.
- (C) verificar a ortografia e a gramática do documento.
- (D) exibir cabeçalho e rodapé.
- (E) formatar parágrafo.

27. Utilizando-se do sistema operacional *Windows 2000*, versão em português, um analista abre, no *Windows Explorer*, a seguinte janela de “Opções de pasta”:



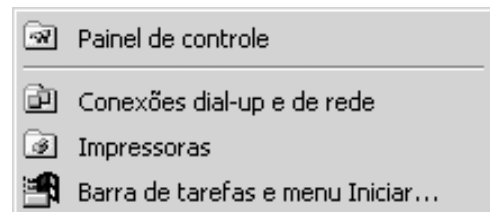
Essa ação pode ser feita mediante a escolha do menu

- (A) Exibir.
- (B) Ferramentas.
- (C) Favoritos.
- (D) Inserir.
- (E) Editar.

28. Em uma página aberta no *Internet Explorer*, após “clicar” com o mouse dentro da página, o profissional pressiona uma combinação de teclas ctrl+f. Com esta operação ele pretende

- (A) fazer a correção ortográfica no texto da página presente.
- (B) abrir o menu de opções da Internet.
- (C) exibir a barra de ferramentas.
- (D) exibir codificação Europeu ocidental (*Windows*).
- (E) localizar uma palavra ou um texto na página presente.

29. Observe a seguinte janela de opções:

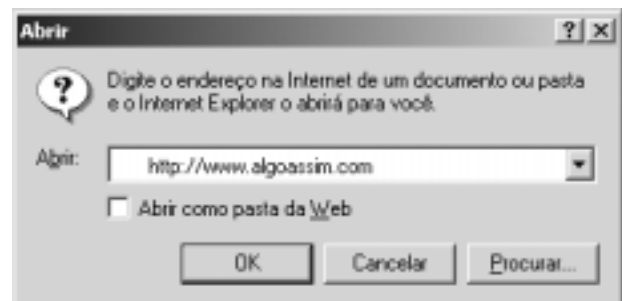


No *Windows 2000*, mediante o acionamento do botão “Iniciar” na barra de tarefas, aparecem diversas opções, tais como “Desligar” e “Programas”, entre outras.

Essa janela fica disponível ao ser acionada a opção

- (A) Definir acessos e padrões de programas.
- (B) Executar.
- (C) Pesquisar.
- (D) Configurações.
- (E) *Windows update*.

30. No *Internet Explorer*, o URL – *Uniform Resource Locator* (ex. <http://www.algoassim.com>) do site que se deseja acessar pode ser escrito no campo endereço ou, alternativamente, na janela a seguir:



que é disponibilizada pelo acionamento da opção “Abrir” no menu

- (A) Arquivo.
- (B) Editar.
- (C) Exibir.
- (D) Ferramentas.
- (E) Favoritos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

31. Designada a audiência de instrução e conciliação, o preposto não comparece, apresentando-se apenas o advogado da empresa, munido de contestação. Nessa hipótese,
- (A) a audiência será adiada.
- (B) o processo será arquivado.
- (C) a empresa será considerada confessa quanto à matéria de direito.
- (D) a empresa será considerada revel.
- (E) a empresa ficará sujeita ao pagamento de multa.
32. A competência para dirimir conflitos entre empregados celetistas e os entes da Administração Pública Direta pertence à
- (A) Justiça Federal, porque a eles se aplica o regime estatutário.
- (B) Justiça Federal, porque a competência da Justiça do Trabalho se restringe às autarquias e fundações.
- (C) Justiça do Trabalho, exceto no que diz respeito aos empregados da União, aos quais se aplica o Regime Único dos Servidores Públicos Civis.
- (D) Justiça do Trabalho, tendo em vista autorização expressa da CLT.
- (E) Justiça do Trabalho, de acordo com a previsão do art. 114 da Constituição Federal.
33. Tendo sido citado para responder a uma reclamação trabalhista, o empregador deverá apresentar a contestação
- (A) no prazo de dez dias, contados a partir do recebimento da citação.
- (B) até quinze dias antes da data designada para a audiência.
- (C) na audiência designada, escrita ou oralmente.
- (D) na audiência designada, somente por escrito.
- (E) até 48 horas após a realização da audiência de instrução.
34. Quando a intimação ou notificação da sentença recair numa sexta-feira, o prazo recursal terá início
- (A) no primeiro dia útil subsequente.
- (B) na própria sexta-feira.
- (C) no sábado ulterior.
- (D) na segunda-feira subsequente.
- (E) na terça-feira ulterior.
35. Publicada a sentença, a reclamada verificou que o nome do reclamante havia sido trocado. Trata-se de
- (A) omissão que pode ser corrigida mediante a interposição de Embargos de Declaração.
- (B) erro material que pode ser corrigido *ex officio*.
- (C) manifesto equívoco no exame dos pressupostos recursais extrínsecos.
- (D) contradição que deve ser argüida em preliminar do Recurso Ordinário.
- (E) obscuridade que dispensa qualquer correção.
36. O montante das custas a serem pagas em reclamação trabalhista, na qual as partes celebraram acordo no valor de R\$ 1 000,00, sabendo-se que o reclamante percebia salário mínimo e que o valor dado à causa era de R\$ 2 000,00, corresponde a
- (A) 2% sobre o salário mínimo.
- (B) 5% sobre o salário mínimo.
- (C) R\$ 10,64.
- (D) R\$ 20,00.
- (E) R\$ 40,00.
37. Um vendedor ajuíza reclamação trabalhista postulando o reconhecimento do vínculo de emprego e consectários. Em defesa, a reclamada nega a prestação de serviços. O ônus da prova incumbirá
- (A) ao reclamante, que alegou fato constitutivo de seu direito.
- (B) ao reclamante, que alegou fato incontroverso.
- (C) sempre à reclamada, como consequência do princípio protetor do hipossuficiente.
- (D) à reclamada, que alegou fato impeditivo do direito do reclamante.
- (E) à reclamada, que alegou fato modificativo do direito do reclamante.
38. Proferida sentença que não determina com exatidão o valor da condenação, mas havendo elementos suficientes nos autos para proceder à liquidação, o reclamante necessitou do auxílio de um contador para efetuar as contas devidas. A hipótese diz respeito à liquidação por
- (A) artigos.
- (B) cálculos.
- (C) perícia.
- (D) estimativa.
- (E) arbitramento.

<p>39. Um empregado apresenta reclamação trabalhista subscrita por advogado habilitado que deixa de indicar o valor da causa e de requerer a citação do reclamado. Nessa hipótese,</p> <p>(A) a reclamação é arquivada.</p> <p>(B) a reclamação é improcedente.</p> <p>(C) a petição inicial é nula.</p> <p>(D) a petição inicial é inepta.</p> <p>(E) a petição inicial é válida.</p>	<p>43. Mário, Paulo, Pedro e José são réus em uma ação de reparação de danos. Mário e Pedro foram citados por carta; Paulo e José ainda não foram citados. Considerando que Paulo é irmão de Pedro, o prazo para Paulo apresentar resposta será contado</p> <p>(A) da juntada aos autos do aviso de recebimento ou do mandado citatório cumprido de Paulo.</p> <p>(B) da juntada aos autos do último aviso de recebimento ou do mandado citatório cumprido.</p> <p>(C) da data da citação efetiva de Paulo, por correio, oficial de justiça ou edital.</p> <p>(D) da juntada aos autos do aviso de recebimento ou do mandado citatório cumprido de Pedro.</p> <p>(E) da data da citação efetiva de Pedro, seu irmão, por correio, oficial de justiça ou edital.</p>
<p>40. Um empregado ajuizou reclamação trabalhista postulando o pagamento de verbas salariais num total de R\$ 9 600,00. A ação tramitará pelo rito</p> <p>(A) ordinário.</p> <p>(B) sumário.</p> <p>(C) sumaríssimo.</p> <p>(D) especial.</p> <p>(E) administrativo.</p>	<p>44. Considere as afirmativas:</p> <p>I. Computar-se-á em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer, quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.</p> <p>II. A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.</p> <p>III. É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.</p> <p>Está correto o que se contém APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>
<p>NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p> <p>41. Considere as afirmativas a respeito da atividade jurisdicional:</p> <p>I. O juiz pode recusar-se a sentenciar, alegando lacuna ou obscuridade da lei.</p> <p>II. A atividade jurisdicional só tem início quando provocada.</p> <p>III. A atividade jurisdicional pode ser delegada a órgãos do Poder Legislativo e do Poder Executivo.</p> <p>Está correto o que se contém APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>45. Paulo ajuizou ação de cobrança em face de José e obteve ganho de causa em primeiro grau de jurisdição. Houve recurso de apelação, mas a sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça. Foi interposto recurso especial, que não foi provido pelo Superior Tribunal de Justiça. Ocorreu o trânsito em julgado. A execução processar-se-á perante</p> <p>(A) o juízo a que a execução for distribuída por sorteio.</p> <p>(B) o tribunal que julgou o recurso de apelação.</p> <p>(C) o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.</p> <p>(D) qualquer juízo, a critério do exeqüente.</p> <p>(E) o tribunal que julgou o recurso especial.</p>
<p>42. Ao Ministério Público NÃO compete intervir nas causas em que há interesse</p> <p>(A) da Fazenda Pública.</p> <p>(B) de incapazes.</p> <p>(C) concernente ao estado das pessoas.</p> <p>(D) público evidenciado pela natureza da lide.</p> <p>(E) público evidenciado pela qualidade da parte.</p>	

46. Mário foi condenado a pagar perdas e danos a Luiz, por descumprimento de contrato, não constando da sentença o valor da condenação. A decisão transitou em julgado. Nesse caso,
- (A) o pedido de execução de sentença será instruído com memória discriminada e atualizada do cálculo.
- (B) determinar-se-á o valor da condenação por cálculo do contador do juízo.
- (C) determinar-se-á o valor da condenação por planilha de cálculo elaborada pelo juízo da execução.
- (D) determinar-se-á o valor da condenação por planilha de cálculo elaborada pelo executado.
- (E) proceder-se-á à liquidação da sentença por arbitramento ou por artigos.

47. É INCORRETO afirmar que o recurso adesivo
- (A) será admitido tanto na apelação como no agravo de instrumento.
- (B) não será conhecido se houver desistência do recurso principal.
- (C) não será conhecido se o recurso principal for declarado inadmissível ou deserto.
- (D) será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal.
- (E) será interposto no prazo de que a parte dispõe para responder.

48. A impenhorabilidade do bem de família compreende, dentre outros bens,
- (A) os adornos suntuosos.
- (B) os veículos de transporte.
- (C) as obras de arte.
- (D) as benfeitorias úteis.
- (E) o terreno vizinho ao bem residencial.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

49. O contrato de experiência transforma-se automaticamente em contrato por prazo indeterminado quando
- (A) o seu término coincide com domingo ou feriado e a rescisão se dá no primeiro dia útil ulterior.
- (B) tem por objeto a consecução da atividade-fim da empresa.
- (C) é prorrogado uma única vez.
- (D) é celebrado por prazo superior a 30 dias.
- (E) é anotado na Carteira Profissional do empregado.

50. Um empregado que cumpre a jornada das 8h00 às 11h30 e das 12h30 às 17h00, de segunda-feira a sábado, trabalha
- (A) 30 minutos extras por dia.
- (B) 1 hora extra por dia.
- (C) 1 hora extra por semana.
- (D) 4 horas extras por semana.
- (E) 8 horas extras por semana.

51. Uma empregada com 17 anos de idade deverá gozar suas férias
- (A) nos meses de janeiro ou julho.
- (B) no mesmo período das férias de seus pais.
- (C) de uma só vez.
- (D) em dois períodos iguais.
- (E) em qualquer época, mas sempre com o pagamento em dobro.

52. Um empregado que não contava ainda com um ano de contrato de trabalho foi despedido injustamente. Seu aviso prévio será de
- (A) uma semana.
- (B) 8 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 15 dias.
- (E) 30 dias.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

53. Determinado servidor público federal, titular do cargo de técnico judiciário, negou-se, injustificadamente, a passar por inspeção médica determinada pela autoridade competente. Em virtude de mencionada recusa e após ser observado o contraditório e a ampla defesa, o servidor
- (A) deverá sofrer a pena de advertência.
- (B) ficará em licença saúde até a data em que comparecer ao Departamento Médico para submeter-se à inspeção médica.
- (C) será punido com a suspensão de até 15 (quinze) dias.
- (D) poderá sofrer a pena de suspensão de até 30 (trinta) dias.
- (E) deverá cumprir o período de até 60 (sessenta) dias de disponibilidade não remunerada.

<p>54. João Augusto é submetido à junta médica oficial que declara insubsistentes os motivos de sua aposentadoria por invalidez. Em virtude de tal fato, reassume o cargo anteriormente ocupado de técnico judiciário. O provimento derivado em questão denomina-se</p> <p>(A) readaptação. (B) reversão. (C) reintegração. (D) recondução. (E) aproveitamento.</p>	<p>58. Manoel é servidor público e presta serviços até as 17 horas como professor de uma escola estadual. As segundas, quartas e sextas-feiras, exerce o cargo de professor em outra escola pública, sob administração municipal, no horário de 20 às 22 horas. Nesse caso, a acumulação remunerada desses cargos é</p> <p>(A) vedada, por exigir-se que os dois cargos sejam da mesma esfera governamental. (B) ilegal, por ser vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em qualquer situação. (C) legal, em razão do exercício de dois cargos de professor e horários compatíveis. (D) lícita, visto que os professores não estão sujeitos a qualquer restrição quanto ao número de cargos. (E) é proibida, visto que só é possível a acumulação quanto aos cargos científicos.</p>
<p>55. José Caetano, aprovado e nomeado para o cargo de técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, sendo inabilitado no estágio probatório,</p> <p>(A) será exonerado de ofício, acarretando a vacância do citado cargo. (B) poderá ser colocado em disponibilidade, sem remuneração. (C) deverá cumprir novo estágio probatório. (D) será readaptado para cargo compatível com sua capacidade laboral. (E) poderá ser reintegrado em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis.</p>	<p>59. Valéria conta com 20 (vinte) anos de idade e pretende candidatar-se à vereadora do Município de Rio Sul. Diante disso, deverá ter conhecimento de que uma das condições de elegibilidade para esse cargo político é</p> <p>(A) estar no exercício, ainda que parcial, dos seus direitos civis e políticos. (B) ter idade mínima de vinte e um anos. (C) ter ou não filiação partidária em razão da liberdade política. (D) ser portadora de carteira profissional, na falta do certificado de alistamento eleitoral. (E) ter domicílio eleitoral na circunscrição.</p>
<p>56. No decorrer do estágio probatório, Antunes Fiori, técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, solicitou e recebeu o deferimento da autoridade competente para servir em organismo internacional do qual o Brasil participa. Nessa hipótese, o afastamento dar-se-á</p> <p>(A) sem prejuízo do prazo para fins de estágio probatório, mas com perda de 10% (dez por cento) da remuneração por mês de afastamento, até o máximo de 50% (cinquenta por cento). (B) sem prejuízo da remuneração durante os primeiros 6 (seis) meses, sendo contado pela metade o prazo de afastamento para fins de estágio probatório. (C) com perda de até 50% (cinquenta por cento) da remuneração, a critério da Administração, mas sem prejuízo da contagem do prazo para fins de estágio probatório. (D) com perda total da remuneração após os primeiros 6 (seis) meses, mas sem prejuízo do prazo de afastamento para fins de estágio probatório. (E) com perda total da remuneração, ficando suspenso o estágio probatório durante o período de afastamento.</p>	<p>60. Em relação ao Poder Judiciário, considere:</p> <p>I. Um quinto dos lugares dos Tribunais dos Estados será ocupado por membros do Ministério Público, do Poder Legislativo e de advogados. II. Todos os julgamentos dos órgãos do poder Judiciário serão públicos, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença em determinados atos, às próprias partes. III. O juiz, face ao princípio da imparcialidade, não pode exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outro cargo ou função. IV. A justiça de paz tem competência, dentre outras, de celebrar casamentos e de exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional.</p> <p>Nesses casos, está correto APENAS o que se contém em</p> <p>(A) III e IV. (B) II e IV. (C) I e IV. (D) I e III. (E) I e II.</p>
<p>NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>57. NÃO se consideram bens da União, entre outros, os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos</p> <p>(A) que banhem mais de um Estado federado. (B) nas ilhas oceânicas que, em regra, estiverem no domínio dos Estados federados. (C) que sirvam de limites com outros países. (D) que se estendam a territórios estrangeiros. (E) de seu domínio e as praias fluviais.</p>	

REDAÇÃO

Atenção: A redação sobre a proposta abaixo deverá ter a extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30 linhas.

Em todo o país, crianças são força de trabalho em funções que deveriam ser responsabilidade de adultos.

É aceitável a participação da mão-de-obra infantil na sociedade brasileira?

Desenvolva suas idéias num texto dissertativo, utilizando argumentos pertinentes na defesa de seu ponto de vista.

RASSUNTO